

2015

Relatório e Contas

3.º Trimestre

De acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM transcreve-se o

RELATÓRIO E CONTAS DO 3.º TRIMESTRE DE 2015

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto - Capital Social de 3.706.690.253,08 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	30 set. 15	30 set. 14	Var. 15 / 14
Balanco			
Ativo total	75.985	78.786	-3,6%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	56.044	57.926	-3,2%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	65.237	64.942	0,5%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	52.966	52.885	0,2%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	50.644	49.638	2,0%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	104%	111%	
Crédito total, líq. / Recursos de balanço de clientes	99%	103%	
Resultados			
Resultado líquido	264,5	(109,5)	
Margem financeira	956,7	791,0	20,9%
Produto bancário	2.006,4	1.709,9	17,3%
Custos operacionais	825,4	857,6	-3,8%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	628,0	874,5	-28,2%
Outras imparidades e provisões	117,4	143,0	-17,9%
Impostos sobre lucros			
Correntes	62,9	88,2	
Diferidos	18,0	(259,7)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	3,5%	2,8%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽³⁾	0,6%	0,0%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Ativo líquido médio ⁽²⁾	0,8%	-0,3%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	8,1%	-4,7%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Capitais próprios médios ⁽²⁾	11,2%	-7,0%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	9,7%	9,7%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	3,6%	3,9%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	11,9%	12,1%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	5,9%	6,4%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	85,8%	79,6%	
Rácios de eficiência ^{(2) (4)}			
Custos operacionais / Produto bancário	41,1%	52,3%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	37,9%	54,7%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	23,0%	29,1%	
Capital ⁽⁵⁾			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i> ⁽⁶⁾	13,1%	12,8%	
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i> ^{(6) (7)}	13,2%	12,8%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i> ⁽⁷⁾	10,0%	9,2%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	679	721	-5,8%
Atividade internacional	668	730	-8,5%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	7.555	8.266	-8,6%
Atividade internacional	9.719	10.272	-5,4%

(1) Ajustado, em setembro de 2014, do impacto da relevação da Banca Millennium na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos em operações descontinuadas ou em descontinuação.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(4) Exclui itens específicos: valia na alienação das participações relacionadas com o negócio de seguros não-vida (69,4 milhões de euros em 2014).

(5) De acordo com a CRD IV/CRR.

(6) Considera o impacto do novo enquadramento prudencial dos DTAs de acordo com os IAS. Em setembro de 2015 não inclui os resultados líquidos do terceiro trimestre de 2015.

(7) Considera os impactos induzidos pelo novo enquadramento prudencial dos DTAs de acordo com os IAS, pelos resultados líquidos acumulados à data e, em setembro de 2015, pelos requisitos mínimos de fundos próprios que o BCE tenciona fixar em 2016.

RESULTADOS E ATIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2015

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao Plano de Reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, a Millennium bcp Gestão de Activos foi enquadrada como operação em descontinuação no decurso de 2013.

Assim, a partir desta data, o impacto em resultados das suas operações passou a ser apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada “resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação” não tendo havido alteração ao nível do balanço face ao critério considerado nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014. No entanto, na sequência da alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

Na sequência da aplicação pela primeira vez da IFRIC 21, em junho de 2015, cujos impactos ao nível do Grupo estão relacionados com o reconhecimento das contribuições sobre o setor bancário, para o fundo de garantia de depósitos e para o fundo de resolução, foi também necessário reexpressar as demonstrações financeiras consolidadas com referência a 30 de setembro de 2014.

O impacto desta reexpressão nas demonstrações financeiras dos primeiros nove meses de 2014 traduziu-se na relevação na rubrica outros proveitos/(custos) de exploração de um custo no montante de 12,1 milhões de euros e na rubrica impostos sobre lucros de um rédito de 0,8 milhões de euros.

A adoção desta interpretação não altera os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, afetando apenas os montantes relevados nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares, pelo que, consequentemente, as demonstrações financeiras de 2014 não foram reexpressas.

RESULTADOS

O **resultado líquido** do Millennium bcp situou-se nos 264,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, face a um prejuízo de 109,5 milhões de euros registado no período homólogo de 2014, reafirmando o retorno aos lucros previsto no Plano Estratégico, consubstanciado na recuperação da rentabilidade em Portugal e no continuado desenvolvimento da atividade internacional.

A evolução do resultado líquido nos primeiros nove meses de 2015 reflete o desempenho positivo do resultado *core* bruto, que aumentou 48,2% quando comparado com igual período de 2014, bem como o rigoroso controlo dos custos operacionais e o menor nível de dotações para perdas de imparidades e provisões.

Na atividade em Portugal, a melhoria do resultado líquido de 327,6 milhões de euros beneficiou do aumento de 23,5% do produto bancário, suportado nas evoluções favoráveis da margem financeira e dos ganhos em operações financeiras associados à alienação de títulos de dívida pública portuguesa.

O resultado líquido da atividade internacional, excluindo os efeitos das operações descontinuadas ou em descontinuação e do aumento dos interesses que não controlam relacionados com a subsidiária do Grupo na Polónia na sequência da venda de 15,4% efetuada em junho de 2015, registou um aumento de 7,2% face aos primeiros nove meses de 2014, potenciado pelos incrementos observados na margem financeira e nos resultados em operações financeiras nas subsidiárias em Angola e Moçambique.

A **margem financeira** ascendeu a 956,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, traduzindo um aumento de 20,9% face aos 791,0 milhões de euros relevados em igual período de 2014, essencialmente determinado pela evolução positiva da atividade em Portugal.

A margem financeira da atividade em Portugal totalizou 513,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, evidenciando um aumento de 46,2% face ao período homólogo de 2014, induzido pela redução de 70 pontos base da taxa dos depósitos a prazo face aos primeiros nove meses de 2014, e pelo menor custo dos CoCos, na sequência do reembolso antecipado de 2.250 milhões de euros realizado no segundo e terceiro trimestres de 2014.

Na atividade internacional, a margem financeira cifrou-se em 443,0 milhões de euros, uma subida de 0,8% face aos primeiros nove meses de 2014, impulsionada pelo incremento do volume de crédito a clientes observado nas subsidiárias em Angola e em Moçambique.

A taxa de margem financeira nos primeiros nove meses de 2015 situou-se em 1,86%, que compara com 1,46% em igual período de 2014. Excluindo o impacto do custo dos CoCos, a taxa de margem financeira fixou-se em 1,96% nos primeiros nove meses de 2015 e em 1,76% no período homólogo de 2014.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 set.15		30 set.14	
	montant e	taxa %	montant e	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	3.333	0,83	3.433	1,13
Ativos financeiros	10.750	2,84	12.766	3,41
Créditos a clientes	53.641	3,59	55.401	3,83
Ativos geradores de juros	67.724	3,34	71.600	3,62
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	90		424	
Ativos não geradores de juros	9.840		9.479	
	<u>77.654</u>		<u>81.503</u>	
Depósitos de instituições de crédito	11.364	0,64	12.437	0,70
Depósitos de clientes	50.246	1,23	48.631	1,70
Dívida emitida	5.458	3,41	9.310	3,85
Passivos subordinados	1.895	6,51	3.766	7,39
Passivos geradores de juros	68.963	1,45	74.144	2,09
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	1		345	
Passivos não geradores de juros	3.201		3.021	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	5.489		3.993	
	<u>77.654</u>		<u>81.503</u>	
Taxa de margem financeira		1,86		1,46
Taxa de margem financeira (excl. custo dos CoCos)		1,96		1,76

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em setembro de 2015 e de 2014, à respetiva rubrica de balanço.

(1) Inclui a atividade das subsidiárias na Roménia (apenas em 2014) e da Millennium bcp Gestão de Activos e respetivos ajustamentos de consolidação.

As **comissões líquidas** totalizaram 520,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, um crescimento de 2,8% face ao mesmo período de 2014, essencialmente determinado pela atividade em Portugal que aumentou 4,1%.

A evolução das comissões líquidas observada nos primeiros nove meses de 2015 reflete o aumento das comissões bancárias em 5,6%, suportado pelo nível superior de comissões associadas a crédito e garantias, tanto em Portugal como na atividade internacional, bem como pelo efeito favorável da redução do custo com as emissões garantidas pelo Estado, não obstante o desempenho das comissões de cartões e transferências de valores, influenciadas pela diminuição das *interchange fees* registada na subsidiária na Polónia. As comissões relacionadas com os mercados financeiros evidenciaram uma diminuição de 8,0%, determinada pelo nível inferior de operações sobre títulos em Portugal.

Os **resultados em operações financeiras** ascenderam a 554,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, evoluindo favoravelmente face aos 357,2 milhões de euros registados no período homólogo de 2014, beneficiando dos ganhos realizados na alienação de dívida pública portuguesa na atividade em Portugal, no decurso do primeiro e do segundo trimestres de 2015.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras, potenciados pelos ganhos cambiais registados nas subsidiárias em Angola e Moçambique, totalizaram 122,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, aumentando face aos 68,9 milhões de euros apurados no mesmo período de 2014.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 55,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, face aos 21,6 milhões de euros registados no período homólogo de 2014, determinados pela contabilização, em 2014, de uma mais-valia no montante de 69,4 milhões de euros relacionada com a venda das participações financeiras detidas no ramo de seguros Não-Vida, a par da relevação, em 2015, de custos relacionados com a reavaliação de imóveis não afetos à exploração. Na atividade em Portugal, esta rubrica incorpora o custo com a contribuição do setor bancário e para o fundo de resolução, bem como para o fundo de garantia de depósitos.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, e os **resultados por equivalência patrimonial**, situaram-se, em conjunto, em 31,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, que comparam com 34,0 milhões de euros em igual período de 2014.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	30 set. 15	30 set. 14	Var. 15/14
Comissões líquidas	520,3	506,2	2,8%
Comissões bancárias	424,9	402,5	5,6%
Cartões e transferências de valores	129,6	144,5	-10,3%
Crédito e garantias	133,6	116,9	14,3%
<i>Bancassurance</i>	56,5	54,7	3,3%
Contas	62,2	57,6	8,0%
Comissões relacionadas com a garantia do Estado	-	(22,7)	-
Outras comissões	43,0	51,5	-16,5%
Comissões relacionadas com mercados	95,4	103,7	-8,0%
Operações sobre títulos	65,5	74,8	-12,5%
Gestão de ativos	29,9	28,9	3,6%
Resultados em operações financeiras	554,1	357,2	55,1%
Outros proveitos de exploração líquidos	(55,6)	21,6	-
Rendimentos de instrumentos de capital	5,9	5,8	0,7%
Resultados por equivalência patrimonial	25,1	28,2	-11,1%
Total de outros proveitos líquidos	1.049,7	919,0	14,2%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	52,3%	53,7%	

Os **custos operacionais**, refletindo as iniciativas implementadas enfocadas na racionalização e contenção de custos em Portugal, reduziram 3,8% situando-se em 825,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, face aos 857,6 milhões de euros registados no período homólogo de 2014.

Os custos operacionais da atividade em Portugal nos primeiros nove meses de 2015, registaram uma diminuição de 8,1% face ao período homólogo de 2014, suportada nas poupanças obtidas nos custos com pessoal, induzidas pelas iniciativas levadas a cabo em 2014, nomeadamente a diminuição do número de colaboradores e as medidas temporárias de redução salarial.

Na atividade internacional, os custos operacionais aumentaram 2,8% face aos primeiros nove meses de 2014, determinados pelos impactos observados nas subsidiárias em Angola e Moçambique, bem como pelo efeito cambial da valorização do franco suíço, do metical e do kwanza face ao euro. Excluindo o efeito cambial, os custos operacionais nos primeiros nove meses de 2015 aumentaram 0,5% quando comparados com igual período de 2014.

Os **custos com o pessoal** situaram-se em 461,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, traduzindo uma redução de 3,5% face ao período homólogo de 2014, alicerçada na diminuição de 10,2% registada na

atividade em Portugal, potenciada pela redução de 711 colaboradores face ao final de setembro de 2014 e pela concretização das medidas de redução salarial anteriormente mencionadas, apesar do aumento de 6,4%, excluindo o efeito cambial, observado na atividade internacional.

Os **outros gastos administrativos** diminuíram 4,8%, totalizando 315,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, face aos 331,2 milhões de euros relevados no mesmo período de 2014, repercutindo o impacto das iniciativas de racionalização e contenção de custos anteriormente referidas, designadamente o redimensionamento da rede de sucursais em Portugal (-42 sucursais face a 30 de setembro de 2014). Na atividade internacional, os outros gastos administrativos reduziram 5,0% quando comparados com os primeiros nove meses de 2014, situando-se nos 142,8 milhões de euros.

As **amortizações do exercício** situaram-se nos 49,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, um aumento de 1,3% face aos 48,3 milhões de euros registados nos primeiros nove meses de 2014, refletindo o aumento de 9,7% relevado na atividade internacional, determinado pelas operações em Angola e Moçambique.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício cifraram-se em 22,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, uma redução de 6,8% face aos 24,6 milhões de euros apurados em igual período de 2014, para o que contribuíram as menores amortizações relacionadas com imóveis e *software*.

CUSTOS OPERACIONAIS		Milhões de euros	
	30 set. 15	30 set. 14	Var. 15/14
Custos com o pessoal	461,1	478,0	-3,5%
Outros gastos administrativos	315,3	331,2	-4,8%
Amortizações do exercício	49,0	48,3	1,3%
Custos operacionais	825,4	857,6	-3,8%
dos quais:			
Atividade em Portugal	475,2	517,0	-8,1%
Atividade internacional	350,2	340,5	2,8%

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** cifrou-se em 628,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, comparando com 874,5 milhões de euros relevados em igual período de 2014, traduzindo um esforço de provisionamento relevante mas com tendência favorável na atividade em Portugal.

O custo do risco evoluiu favoravelmente de 201 pontos base nos primeiros nove meses de 2014 para 149 pontos base apurados no mesmo período de 2015, tendo o mesmo rácio atingido 109 pontos base no terceiro trimestre de 2015. O reforço das dotações de imparidades proporcionou adequados níveis de cobertura, em linha com os objetivos definidos no Plano Estratégico, e uma melhoria do rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades, ajustado do efeito das operações descontinuadas, de 79,6% em 30 de setembro de 2014 para 85,8% no final de setembro de 2015.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 117,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, face aos 143,0 milhões de euros contabilizados no mesmo período de 2014, evidenciando a redução das provisões relacionadas com garantias e outros compromissos e com outros ativos financeiros, não obstante o aumento das imparidades associadas a ativos recebidos em dação.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** ascenderam a 80,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, montante que compara com -171,6 milhões de euros apurados no período homólogo de 2014.

Os referidos impostos incluem nos primeiros nove meses de 2015 o gasto por impostos correntes de 62,9 milhões de euros (88,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2014) e o gasto por impostos diferidos no montante de 18,0 milhões de euros (-259,7 milhões de euros no mesmo período de 2014).

BALANÇO

O **ativo total** cifrou-se em 75.985 milhões de euros em 30 de setembro de 2015, comparando com 78.786 milhões de euros em 30 de setembro de 2014 (76.361 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), evidenciando a retração da carteira de crédito a clientes em Portugal e a diminuição da carteira de títulos, essencialmente relacionada com a carteira de Obrigações do Tesouro.

O **crédito a clientes** (bruto) situou-se em 56.044 milhões de euros em 30 de setembro de 2015, que compara com 57.926 milhões de euros em igual data de 2014, traduzindo a diminuição registada na atividade em Portugal, apesar do aumento registado na atividade internacional.

O desempenho da carteira de crédito a clientes da atividade em Portugal continua condicionado pela recuperação gradual da economia portuguesa, evidenciando uma diminuição de 3,5% face a 31 de dezembro de 2014, refletindo o efeito conjunto da redução de 3,0% do crédito a particulares, determinado pelas amortizações de capital relacionadas com o crédito à habitação, bem como pela retração do crédito a empresas que, excluindo o efeito das vendas e de *write-offs*, diminuiu 0,7% quando comparado com o montante registado no final de 2014.

Excluindo o impacto das operações descontinuadas, em 30 de setembro de 2015 o crédito a clientes na atividade internacional aumentou 3,0% face a igual data de 2014, situando-se em 13.779 milhões de euros, repercutindo os aumentos relevados quer no crédito a particulares quer no crédito a empresas, essencialmente na subsidiária na Polónia.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões semelhantes e equilibrados de diversificação, entre os finais de setembro de 2014 e de 2015, com o crédito a empresas a representar 48% do crédito total concedido em 30 de setembro de 2015.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 set. 15	30 set. 14	Var. 15/14
Particulares	29.283	29.690	-1,4%
Hipotecário	25.297	25.819	-2,0%
Consumo e outros	3.986	3.870	3,0%
Empresas	26.761	28.236	-5,2%
Serviços	10.240	11.268	-9,1%
Comércio	3.354	3.405	-1,5%
Construção	3.861	4.323	-10,7%
Outros	9.306	9.240	0,7%
Subtotal	56.044	57.926	-3,2%
Operações descontinuadas	--	427	
Total	56.044	58.352	-4,0%
do qual ⁽¹⁾ :			
Atividade em Portugal	42.265	44.554	-5,1%
Atividade internacional	13.779	13.372	3,0%

(1) Exclui impactos relacionados com operações descontinuadas (Banca Millennium na Roménia).

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, ajustado do efeito das operações descontinuadas, evoluiu favoravelmente situando-se em 7,4% em 30 de setembro de 2015, face aos 7,5% apurados em igual data de 2014, beneficiando do continuado enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades, ajustado do efeito das operações descontinuadas, fixou-se em 85,8% em 30 de setembro de 2015, que compara com os 79,6% apurados em 30 de setembro de 2014.

O rácio do crédito em risco no crédito total situou-se em 11,9% em 30 de setembro de 2015, que compara com 12,0% no final de dezembro de 2014 (12,1% em 30 de setembro de 2014). Em 30 de setembro de 2015, o rácio do crédito reestruturado fixou-se em 10,3% do crédito total, evidenciando uma evolução favorável face ao rácio apurado em 31 de dezembro de 2014 (11,0%) e o rácio do crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se em 6,5% do crédito total em 30 de setembro de 2015 (7,2% em 31 de dezembro de 2014 e 30 de setembro de 2014).

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	866	749	3,0%	86,5%
Hipotecário	291	320	1,1%	110,2%
Consumo e outros	575	429	14,4%	74,5%
Empresas	3.291	2.817	12,3%	85,6%
Serviços	1.176	1.159	11,5%	98,6%
Comércio	359	329	10,7%	91,4%
Construção	1.149	709	29,8%	61,7%
Outros	607	620	6,5%	102,1%
Total	4.157	3.566	7,4%	85,8%

Os **recursos totais de clientes**, excluindo o impacto relacionado com as operações descontinuadas ou em descontinuação, ascenderam a 65.237 milhões de euros em 30 de setembro de 2015, um aumento de 0,5% face aos 64.942 milhões de euros registados em igual data de 2014, suportado no crescimento dos depósitos de clientes e dos ativos sob gestão, tanto em Portugal como na atividade internacional.

Os recursos totais de clientes na atividade em Portugal totalizaram 47.550 milhões de euros em 30 de setembro de 2015, comparando com os 48.072 milhões de euros registados no final de setembro de 2014, refletindo o decréscimo dos débitos para com clientes titulados, não obstante o aumento verificado nos ativos sob gestão e nos depósitos de clientes, consubstanciando o enfoque comercial na captação de depósitos.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes aumentaram 4,8% situando-se em 17.686 milhões de euros em 30 de setembro de 2015 (16.870 milhões de euros em igual data de 2014), alicerçados na evolução favorável dos recursos de clientes de balanço, nomeadamente dos depósitos de clientes que cresceram 5,0%, essencialmente suportados pelo desempenho observado na operação na Polónia.

Em 30 de setembro de 2015, excluindo operações descontinuadas ou em descontinuação, os recursos de balanço de clientes representavam 81% dos recursos totais de clientes, com os depósitos de clientes a representarem 78% dos recursos totais de clientes.

A redução do *gap* comercial em 2,6 milhões de euros observada no final do terceiro trimestre de 2015, face a 30 de setembro de 2014, contribuiu para a evolução favorável do rácio de transformação ao situar-se em 104% em 30 de setembro de 2015. O mesmo indicador, considerando o total de recursos de balanço de clientes, ascendeu a 99% comparando com 103% em 30 de setembro de 2014.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES ⁽¹⁾

	Milhões de euros		
	30 set. 15	30 set. 14	Var. 15/14
Recursos de balanço de clientes	52.966	52.885	0,2%
Depósitos de clientes	50.644	49.638	2,0%
Débitos para com clientes titulados	2.322	3.247	-28,5%
Recursos fora de balanço de clientes	12.271	12.057	1,8%
Ativos sob gestão	3.741	3.561	5,0%
Produtos de capitalização	8.530	8.496	0,4%
Total	65.237	64.942	0,5%

(1) Exclui, em setembro de 2014, os impactos relacionados com operações descontinuadas ou em descontinuação (Banca Millennium na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos) no valor de 1.836 milhões de euros.

A **carteira de títulos** cifrou-se em 13.481 milhões de euros em 30 de setembro de 2015, que compara com 14.052 milhões de euros registados em igual data de 2014, representando 17,7% do ativo total em 30 de setembro de 2015, sensivelmente abaixo do nível relevado em 30 de setembro de 2014 (17,8%), traduzindo a venda da carteira de Obrigações do Tesouro.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Nos primeiros nove meses de 2015 observou-se uma redução de 0,8 mil milhões de euros nas necessidades de financiamento *wholesale*, suportada na diminuição do *gap* comercial em Portugal e na venda de 15,4% da participação financeira detida no Bank Millennium (Polónia).

No mesmo período, o Banco procedeu à amortização de operações de médio e longo prazo no valor de 0,4 mil milhões de euros, na sequência de recompra antecipada de dívida sénior, da liquidação no vencimento de empréstimos bancários e da contratação de novos empréstimos bancários no total de 0,3 mil milhões de euros.

Na sequência do anteriormente referido, verificou-se uma alteração da composição da estrutura de financiamento em mercado, determinada por aumentos de 0,2 mil milhões de euros em operações de curto-prazo com instituições financeiras colateralizadas por títulos e de 0,2 mil milhões de euros em empréstimos bancários de médio-longo prazo, a par da redução de 0,7 mil milhões de euros no financiamento líquido colateralizado junto do Banco Central Europeu (BCE), entre outras variações de menor expressão. Em 30 de setembro de 2015, o saldo junto do BCE situou-se em 5,9 mil milhões de euros.

A redução do saldo líquido financiado junto do BCE, combinado com o decréscimo de 0,2 mil milhões de euros da carteira de colateral disponível para desconto, permitiu um reforço de 0,5 mil milhões de euros do *buffer* de liquidez entre dezembro de 2014 e setembro de 2015, para 8,1 mil milhões de euros.

A composição do saldo financiado junto do Eurosistema evidenciou, nos primeiros nove meses de 2015, a amortização antecipada de 0,5 mil milhões de euros e o posterior vencimento do saldo remanescente de 3,5 mil milhões de euros, de um total inicial de 12,0 mil milhões de euros tomados em 2012 no âmbito das operações de cedência de liquidez a médio-prazo do BCE. Estes empréstimos foram refinanciados com recurso às operações semanais e a três meses conduzidas pelo BCE.

CAPITAL

Em 26 de junho de 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram a Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Capital Requirements Directive IV / Capital Requirements Regulation - CRD IV/CRR), que estabeleceram novos e mais exigentes requisitos de capital para as instituições de crédito, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

Esta maior exigência resulta de uma definição mais estrita ao nível dos fundos próprios e dos riscos ponderados, em paralelo com o estabelecimento de rácios mínimos, incluindo uma reserva de conservação de fundos próprios, de 7% para os fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1 - CET1), 8,5% para os fundos próprios de nível 1 (Tier 1) e de 10,5% para o rácio total. A CRD IV/CRR estipula também um período transitório (*phased-in*) em que as instituições poderão acomodar os novos requisitos, quer ao nível dos fundos próprios quer da observância dos rácios mínimos de capital.

O rácio CET1 *phased-in* estimado em 30 de setembro de 2015, de acordo com a nossa interpretação da CRD IV/CRR à data, considerando os resultados líquidos do terceiro trimestre de 2015 e o impacto dos requisitos mínimos de fundos próprios que o BCE tenciona fixar em 2016, atingiu 13,2%, face a 13,1% no final do trimestre anterior, tendo por base o novo enquadramento prudencial dos impostos diferidos ativos relevados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nesta evolução destacam-se os efeitos favoráveis associados aos resultados líquidos do terceiro trimestre de 2015 e à diminuição dos riscos ponderados, influenciados nomeadamente pelo decréscimo do crédito a clientes, por um lado, e pelo efeito desfavorável devido ao aumento das diferenças cambiais, por outro.

Em 8 de outubro de 2015 o Millennium bcp anunciou ter assinado um memorando de entendimento com vista à fusão entre o Banco Millennium Angola, S.A. e o Banco Privado Atlântico, S.A., de que resultará a segunda maior instituição privada angolana em crédito à economia, com uma quota de mercado aproximada de 10% em volume de negócios. A valorização das participações de cada um dos bancos será sujeita a *due diligence* por auditor independente, prevendo-se que a participação do Millennium bcp na nova entidade se situe em cerca de 20%. Com referência a setembro de 2015, a concretização desta operação elevaria o rácio Common Equity Tier 1 *phased-in* a um valor estimado de 13,6%.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR)

Milhões de euros

	30 set. 15 (*)	30 jun. 15 (*)	31 dez. 14
PHASED-IN			
Fundos próprios			
Common equity tier 1 (CET1)	5.800	5.796	5.077
Tier 1	5.800	5.796	5.077
Fundos próprios totais	6.315	6.380	5.800
Riscos ponderados	43.862	44.127	42.376
Rátios de solvabilidade			
CET1	13,2%	13,1%	12,0%
Tier 1	13,2%	13,1%	12,0%
Total	14,4%	14,5%	13,7%
FULLY IMPLEMENTED			
Rácio CET1	10,0%	9,6%	4,9%

(*) Considerando o novo enquadramento prudencial dos DTAs (de acordo com os IAS) e incluindo, em setembro de 2015 e junho de 2015, os resultados líquidos acumulados do 3º trimestre de 2015 e do 1º semestre de 2015, respetivamente. Os valores de setembro de 2015 consideram também o impacto dos requisitos mínimos de fundos próprios que o BCE tenciona fixar para 2016.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

O anúncio da assinatura de um memorando de entendimento tendo em vista a fusão do Banco Millennium Angola, S.A. com o Banco Privado Atlântico, S.A. reforça a capacidade de expansão em Angola, conseguindo-se dessa forma obter condições para crescer em contexto adverso e, simultaneamente, adaptar-se às implicações decorrentes da alteração da equivalência de supervisão.

Merecem destaque neste período:

- Assinatura de um memorando de entendimento, em 8 de outubro, com o maior acionista do Banco Privado Atlântico, S.A. (a Global Pactum - Gestão de Ativos, S.A.), com vista à fusão entre o Banco Millennium Angola, S.A. e o Banco Privado Atlântico, S.A., de que resultará a 2.ª maior instituição privada em crédito à economia, com uma quota de mercado aproximada de 10% em volume de negócios.
- DBRS manteve o *rating* intrínseco do BCP em "BB (high)" e reviu em baixa o *rating* de longo prazo de dívida sénior e de depósitos de "BBB (low)" para "BB (high)", com tendência "estável". Também o *rating* de curto prazo de dívida e depósitos foi revisto em baixa de "R-2" para "R-3". O *rating* da dívida subordinada foi confirmado em "BB".
- Realização das Jornadas Millennium Empresas em Aveiro e Setúbal, procurando o Millennium bcp estar mais próximo das empresas portuguesas, apoiando a sua internacionalização e reforçando a sua competitividade.
- Realização das Jornadas de Empreendedorismo no Turismo no Porto.
- Eleição do Millennium bcp, pelo segundo ano consecutivo, como "Best Private Bank" em Portugal pela revista financeira Wealth & Finance International.
- Pela décima primeira vez consecutiva, a marca Millennium bcp está no *ranking* das marcas "Superbrands", tendo sido este ano reconhecida como "Superbrand - Born in Portugal".
- Distinção do Bank Millennium na Polónia com três prémios atribuídos de entre quatro categorias no âmbito dos "Newsweek's Bank Awards 2015": "Best Branch Banking", "Best Internet Banking" e "Best Mortgage Banking".
- Distinção do ActivoBank, pelo quarto ano consecutivo, como Best Commercial Bank em Portugal, pela revista financeira World Finance, no âmbito dos "World Finance Banking Awards 2015".
- Distinção do ActivoBank pela revista financeira Global Finance, com o prémio "Best Consumer Digital Bank" em Portugal, no âmbito dos "2015 World's Best Digital Banks Awards".

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com o FMI, a economia mundial deverá abrandar em 2015, pressionada por elevados níveis de endividamento, condições financeiras globalmente mais restritivas e pelo recrudescimento da incerteza económica, financeira e geopolítica. Esta perda de vigor da atividade global resulta da quebra do crescimento nos mercados emergentes (pelo quinto ano consecutivo), num contexto de menor dinamismo da economia chinesa e de forte queda do preço da maioria das matérias-primas, já que o conjunto das economias avançadas deverá registar uma ligeira aceleração, traduzindo os efeitos benéficos da redução do custo da energia e do teor muito acomodaticio da política económica. O FMI considera que os riscos em torno do seu cenário são predominantemente descendentes e decorrem da possibilidade de deterioração da situação económica na China, de agravamento das tensões geopolíticas e de intensificação da volatilidade nos mercados financeiros.

Nos primeiros nove meses de 2015, o comportamento dos mercados financeiros internacionais ficou marcado pela significativa desvalorização das *commodities* e da generalidade dos ativos financeiros dos mercados emergentes, fenómeno que acabou por contagiar as demais classes de ativos e geografias. No segmento acionista é de sublinhar a correção que ocorreu nas principais praças mundiais no decurso do terceiro trimestre, cuja dimensão não tem paralelo desde as perturbações geradas pela crise de dívida soberana da área do euro de 2011. A característica mais saliente da evolução do mercado de dívida foi a ausência de direção definida, num quadro de maior volatilidade, refletindo a indefinição relativa ao curso provável da política monetária nos EUA, bem como da degradação progressiva da situação económica e financeira das mais importantes economias emergentes. Apesar das dificuldades em torno da negociação do terceiro programa de assistência à Grécia e dos surtos de volatilidade nos mercados financeiros globais, a evolução das *yields* dos títulos de dívida pública dos países da “periferia” da área do euro, incluindo Portugal, revelou uma estabilidade surpreendente, em grande medida devido ao efeito amortizador que o programa de compra de dívida do BCE exerceu sobre a valorização das obrigações do tesouro dos Estados-Membros da UEM.

A queda dos preços das matérias-primas energéticas provocou o recrudescimento dos receios deflacionistas, contribuindo para a manutenção do grau de extrema acomodação da política monetária dos principais bancos centrais, incluindo a Reserva Federal dos EUA, que ao contrário do esperado, tem vindo a adiar sucessivamente o início do processo de normalização das taxas de juro diretoras. A principal exceção a este padrão veio dos mercados emergentes mais afetados pela depreciação cambial, como o Brasil, cujas autoridades monetárias foram forçadas a elevar as taxas de juro para evitar um aumento descontrolado da inflação. Após o início do programa de compra de dívida pública, em março do corrente ano, o BCE não anunciou qualquer outra medida de relevo, pese embora tenha continuado a reiterar a capacidade e disponibilidade de intensificação do teor expansionista de política monetária em caso de aumento das pressões deflacionistas na área do euro. Esta postura tem contribuído para manter as taxas Euribor negativas até ao prazo de três meses.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2015, o PIB português registou uma taxa de crescimento homóloga de 1,6%, valor semelhante ao observado no trimestre precedente. Este resultado decorreu exclusivamente da evolução positiva da procura interna, em especial do consumo e do investimento em capital fixo, uma vez que o contributo da procura externa foi negativo. Os indicadores macroeconómicos mais relevantes relativos ao terceiro trimestre de 2015 são compatíveis com uma ligeira aceleração da atividade, fomentada pela melhoria das exportações líquidas, num quadro de manutenção do dinamismo do consumo privado e do investimento. Não obstante a turbulência causada pela situação da Grécia e pelas perturbações das economias emergentes, as *yields* das obrigações do tesouro português mantiveram-se relativamente estáveis, não muito longe dos mínimos históricos atingidos no primeiro trimestre deste ano.

Para 2015, o FMI prevê uma pequena aceleração da atividade na Polónia, de 3,4% para 3,5%, assente no estímulo conferido pela expansão do rendimento disponível real ao consumo privado e na manutenção da robustez do investimento. Apesar da evolução favorável da economia polaca, o złóti tem vindo a depreciar-se face ao euro, pressionado pela perda generalizada de valor das moedas emergentes, bem como pela suavização da política monetária do Banco Nacional da Polónia. Em Moçambique, os megaprojetos de investimento no setor das matérias-primas continuará a constituir o principal ímpeto ao crescimento da atividade, a qual o FMI espera que se expanda 7,0% neste ano. Em Angola, a queda significativa das receitas do setor petrolífero deverá restringir a evolução da procura interna, situação que só parcialmente será mitigada pela aceleração da produção de petróleo prevista para 2015. Neste contexto, o FMI estima uma retração da taxa de crescimento do PIB em 2015, de 4,8% para 3,5%.

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Crédito com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito em risco - conceito que, segundo o Banco de Portugal, é mais abrangente do que o crédito com incumprimento, incorporando, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito. Para definição detalhada consultar instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

Custo do risco - proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) contabilizadas no período em função da carteira de crédito.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração líquidos.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do *goodwill* e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

Produtos de capitalização - inclui *unit linked* e planos poupança reforma.

Recursos totais de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultado *core* bruto - corresponde ao agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Taxa de margem financeira - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

“Disclaimer”

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros nove meses de 2014 e 2015 não foram objeto de auditoria.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	set 15	set 14	Var.	set 15	set 14	Var.	set 15	set 14	Var.
Demonstração de resultados									
Margem financeira	956,7	791,0	20,9%	513,7	351,3	46,2%	443,0	439,6	0,8%
Rendimento de instrumentos de capital	5,9	5,8	0,7%	2,9	2,3	27,9%	3,0	3,6	-16,6%
Resultado de serviços e comissões	520,3	506,2	2,8%	333,7	320,5	4,1%	186,6	185,7	0,5%
Outros proveitos de exploração	(55,6)	21,6	-	(53,7)	24,6	-	(1,9)	(3,0)	-
Resultados em operações financeiras	554,1	357,2	55,1%	431,6	288,3	49,7%	122,5	68,9	77,8%
Resultados por equivalência patrimonial	25,1	28,2	-11,1%	25,4	28,2	-9,9%	(0,3)	-	-
Produto bancário	2.006,4	1.709,9	17,3%	1.253,6	1.015,2	23,5%	752,8	694,8	8,3%
Custos com o pessoal	461,1	478,0	-3,5%	279,7	311,5	-10,2%	181,4	166,5	8,9%
Outros gastos administrativos	315,3	331,2	-4,8%	172,6	180,9	-4,6%	142,8	150,3	-5,0%
Amortizações do exercício	49,0	48,3	1,3%	22,9	24,6	-6,8%	26,0	23,7	9,7%
Custos operacionais	825,4	857,6	-3,8%	475,2	517,0	-8,1%	350,2	340,5	2,8%
Resultados operacionais antes de imparidades e provisões	1.181,0	852,4	38,6%	778,4	498,2	56,3%	402,6	354,2	13,7%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	628,0	874,5	-28,2%	545,4	813,4	-32,9%	82,6	61,2	35,0%
Outras imparidades e provisões	117,4	143,0	-17,9%	114,1	142,2	-19,8%	3,3	0,7	-
Resultado antes de impostos	435,6	(165,1)	-	118,9	(457,4)	-	316,7	292,3	8,3%
Impostos	80,9	(171,6)	-	18,8	(230,7)	-	62,1	59,2	5,0%
Resultado após impostos de operações em continuação	354,7	6,5	-	100,1	(226,7)	-	254,6	233,2	9,2%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	14,8	(34,1)	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	105,0	81,9	28,2%	(0,4)	0,4	-	105,3	81,5	29,3%
Resultado líquido	264,5	(109,5)	-	100,5	(227,1)	-	149,3	151,7	-1,6%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	75.985	78.786	-3,6%	55.189	58.567	-5,8%	20.796	20.220	2,9%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	65.237	64.942	0,5%	47.550	48.072	-1,1%	17.686	16.870	4,8%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	52.966	52.885	0,2%	36.706	37.383	-1,8%	16.260	15.502	4,9%
Depósitos de clientes	50.644	49.638	2,0%	34.480	34.241	0,7%	16.164	15.397	5,0%
Débitos para com clientes titulados	2.322	3.247	-28,5%	2.226	3.141	-29,1%	96	105	-9,2%
Recursos fora de balanço de clientes ⁽¹⁾	12.271	12.057	1,8%	10.844	10.689	1,4%	1.427	1.368	4,3%
Ativos sob gestão	3.741	3.561	5,0%	2.805	2.706	3,7%	936	856	9,4%
Produtos de capitalização	8.530	8.496	0,4%	8.039	7.984	0,7%	490	512	-4,2%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	1.836	-	-	1.517	-	-	319	-
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	56.044	57.926	-3,2%	42.265	44.554	-5,1%	13.779	13.372	3,0%
Particulares ⁽¹⁾	29.283	29.690	-1,4%	20.989	21.678	-3,2%	8.294	8.011	3,5%
Hipotecário	25.297	25.819	-2,0%	18.692	19.337	-3,3%	6.605	6.482	1,9%
Consumo e outros	3.986	3.870	3,0%	2.297	2.341	-1,9%	1.689	1.529	10,4%
Empresas ⁽¹⁾	26.761	28.236	-5,2%	21.276	22.876	-7,0%	5.485	5.360	2,3%
Serviços	10.240	11.268	-9,1%	9.298	10.343	-10,1%	943	925	1,9%
Comércio	3.354	3.405	-1,5%	2.109	2.129	-0,9%	1.245	1.276	-2,4%
Construção	3.861	4.323	-10,7%	3.199	3.625	-11,7%	661	698	-5,3%
Outros	9.306	9.240	0,7%	6.669	6.779	-1,6%	2.636	2.461	7,1%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	427	-	-	-	-	-	427	-
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total ⁽¹⁾	4.549	4.484	1,4%	4.172	4.140	0,8%	377	345	9,3%
Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	4.157	4.372	-4,9%	3.832	4.055	-5,5%	325	316	2,7%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total ⁽¹⁾	7,4%	7,5%	-	9,1%	9,1%	-	2,4%	2,4%	-
Imparidade do crédito (balanço) ⁽¹⁾	3.566	3.478	2,5%	3.091	3.031	2,0%	475	448	6,0%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total ⁽¹⁾	6,4%	6,0%	-	7,3%	6,8%	-	3,4%	3,3%	-
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	85,8%	79,6%	-	80,7%	74,7%	-	146,1%	141,5%	-
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) ⁽¹⁾	149	201	-	172	243	-	80	61	-
Crédito reestruturado / Crédito total ⁽²⁾	10,3%	11,2%	-	-	-	-	-	-	-
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	6,5%	7,2%	-	-	-	-	-	-	-
Rácio de eficiência	41,1%	52,3%	-	37,9%	54,7%	-	46,5%	49,0%	-

(1) Ajustado do efeito das operações classificadas na rubrica de operações descontinuadas ou em descontinuação.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, na versão vigente.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)

(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A.

Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto

NIPC: 501 525 882

Período de referência:

Valores de referência em 000Esc

em Euros

1º Trimestre

3º Trimestre

5º Trimestre⁽¹⁾

Início: 01/01/2015 Fim: 30/09/2015

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
ACTIVO (Líquido)						
Créditos sobre Instituições de Crédito ⁽²⁾	1.179.201.799	1.112.003.214	6,04%	1.960.090.943	1.634.757.028	19,90%
Créditos sobre clientes	35.375.901.527	37.644.095.526	-6,03%	52.478.248.185	54.808.396.267	-4,25%
Títulos de rendimento fixo	6.521.196.368	7.345.736.276	-11,22%	10.972.147.081	11.521.398.667	-4,77%
Títulos de rendimento variável	3.126.277.186	3.148.800.697	-0,72%	2.509.012.877	2.531.015.650	-0,87%
Participações	3.624.267.838	3.272.609.978	10,75%	313.913.788	457.385.947	-31,37%
CAPITAIS PRÓPRIOS EQUIPARADOS						
Valor do Capital social	4.094.235.362	3.706.690.253	10,46%	4.094.235.362	3.706.690.253	10,46%
Nº de acções ordinárias	59.039.023.275	54.194.709.415	-	59.039.023.275	54.194.709.415	-
Nº de acções de outra natureza	0	0	-			-
Valor das Acções próprias	0	0	-	1.088.893	20.894.300	-94,79%
Nº de acções com voto	0	0	-	25.032.020	201.682.429	-
Nº de acções pref. Sem voto	0	0	-			-
Empréstimos subordinados	1.544.682.543	2.030.975.659	-23,94%	1.683.817.165	2.064.133.418	-18,42%
Interesses minoritários	0	0	-	1.016.505.652	764.673.073	32,93%
PASSIVO						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	10.069.904.938	10.278.075.258	-2,03%	10.288.943.489	10.638.979.299	-3,29%
Débitos para com clientes	34.651.172.570	34.751.699.770	-0,29%	50.643.751.042	49.956.813.831	1,38%
Débitos representados por títulos	3.973.892.548	6.580.485.326	-39,61%	4.909.742.196	7.769.231.559	-36,81%
TOTAL DO ACTIVO (Líquido)	55.592.082.654	59.292.090.438	-6,24%	75.985.033.769	78.786.415.367	-3,56%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3.501.812.924	3.739.360.962	-6,35%	4.720.041.051	4.808.691.199	-1,84%
TOTAL DO PASSIVO	52.090.269.730	55.552.729.476	-6,23%	70.248.487.066	73.213.051.095	-4,05%

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
Margem Financeira ⁽³⁾	471.163.324	253.769.713	85,67%	956.656.092	790.953.955	20,95%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	412.814.345	553.111.584	-25,37%	479.449.301	493.713.502	-2,89%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	459.463.060	580.360.500	-20,83%	522.621.256	310.438.275	68,35%
Produto Bancário	1.343.440.729	1.387.241.797	-3,16%	1.958.726.649	1.595.105.732	22,80%
Custos pessoal, administ. e outros custos	-459.898.665	-507.275.444	-9,34%	-776.405.602	-809.235.271	-4,06%
Amortizações	-17.809.607	-18.993.553	-6,23%	-48.956.022	-48.326.944	1,30%
Provisões (líquidas de reposições)	-611.173.788	-1.361.341.669	-55,11%	-708.071.492	-964.956.782	-26,62%
Resultados extraordinários	0	0	n.a.	0	0	n.a.
Resultados antes de impostos	254.558.669	-500.368.869	-150,87%	425.293.533	-227.413.265	-287,01%
Imposto sobre o rendimento ⁽⁴⁾	-13.795.505	250.686.995	-105,50%	-80.887.672	171.596.192	-147,14%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	-79.869.902	-53.677.884	48,79%
Resultado líquido ao trimestre	240.763.164	-249.681.874	-196,43%	264.535.959	-109.494.957	-341,60%
Resultado líquido ao trimestre por acção	0,0041	-0,0046	-188,52%	0,0045	-0,0020	-321,77%
Autofinanciamento ⁽⁵⁾	869.746.559	1.130.653.348	-23,08%	1.021.563.473	903.788.769	13,03%

⁽¹⁾ Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente ao ano civil (Art.65.º - A do Código das Sociedades comerciais)

⁽²⁾ Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

⁽³⁾ Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados

⁽⁴⁾ Estimativa de imposto sobre rendimento

⁽⁵⁾ Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014

	30 setembro 2015	30 setembro 2014
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.744.777	2.013.374
Juros e custos equiparados	(788.121)	(1.222.420)
Margem financeira	956.656	790.954
Rendimentos de instrumentos de capital	5.866	5.823
Resultado de serviços e comissões	520.322	506.211
Resultados em operações de negociação e de cobertura	147.342	117.725
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	406.720	239.432
Outros proveitos de exploração	(44.882)	(54.940)
	1.992.024	1.605.205
Outros resultados de atividades não bancárias	12.954	14.086
Total de proveitos operacionais	2.004.978	1.619.291
Custos com o pessoal	461.065	478.035
Outros gastos administrativos	315.341	331.201
Amortizações do exercício	48.956	48.327
Total de custos operacionais	825.362	857.563
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	1.179.616	761.728
Imparidade do crédito	(628.008)	(874.538)
Imparidade de outros ativos financeiros	(37.307)	(52.541)
Imparidade de outros ativos	(63.783)	(22.423)
Imparidade do goodwill	-	(144)
Outras provisões	(16.281)	(67.851)
Resultado operacional	434.237	(255.769)
Resultados por equivalência patrimonial	25.084	28.221
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(23.705)	62.426
Resultado antes de impostos	435.616	(165.122)
Impostos		
Correntes	(62.857)	(88.154)
Diferidos	(18.031)	259.750
Resultado após impostos de operações em continuação	354.728	6.474
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	14.762	(34.070)
Resultado após impostos	369.490	(27.596)
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	264.536	(109.495)
Interesses que não controlam	104.954	81.899
Resultado do período	369.490	(27.596)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,007	(0,004)
Diluído	0,007	(0,004)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e 31 de dezembro de 2014

	30 setembro 2015	31 dezembro 2014	30 setembro 2014
	(Milhares de Euros)		
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.514.453	1.707.447	1.757.205
Disponibilidades em outras instituições de crédito	984.037	795.774	722.750
Aplicações em instituições de crédito	976.054	1.456.026	912.007
Créditos a clientes	52.478.248	53.685.648	54.808.396
Ativos financeiros detidos para negociação	1.481.053	1.674.240	1.663.232
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.556.620	8.263.225	9.573.600
Ativos com acordo de recompra	10.545	36.423	91.399
Derivados de cobertura	85.114	75.325	72.385
Ativos financeiros detidos até à maturidade	432.941	2.311.181	2.724.183
Investimentos em associadas	313.914	323.466	457.386
Ativos não correntes detidos para venda	1.674.469	1.622.016	1.590.655
Propriedades de investimento	147.639	176.519	179.292
Outros ativos tangíveis	673.474	755.451	774.931
Goodwill e ativos intangíveis	206.271	252.789	248.111
Ativos por impostos correntes	39.931	41.895	38.846
Ativos por impostos diferidos	2.505.379	2.398.562	2.410.462
Outros ativos	904.891	784.929	761.574
	75.985.033	76.360.916	78.786.414
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	10.288.944	10.966.155	10.638.979
Depósitos de clientes	50.643.751	49.816.736	49.956.814
Títulos de dívida emitidos	4.909.742	5.709.569	7.769.232
Passivos financeiros detidos para negociação	828.378	952.969	986.921
Derivados de cobertura	548.975	352.543	263.608
Provisões	300.768	460.293	448.490
Passivos subordinados	1.683.817	2.025.672	2.064.133
Passivos por impostos correntes	7.268	31.794	9.413
Passivos por impostos diferidos	16.736	6.686	7.402
Outros passivos	1.020.107	1.051.592	1.068.058
	70.248.486	71.374.009	73.213.050
Total do Passivo			
Capitais Próprios			
Capital	4.094.235	3.706.690	3.706.690
Títulos próprios	(1.089)	(13.547)	(33.325)
Prémio de emissão	16.471	-	-
Ações preferenciais	59.910	171.175	171.175
Outros instrumentos de capital	2.922	9.853	9.853
Reservas de justo valor	9.003	106.898	159.255
Reservas e resultados acumulados	274.053	458.087	904.538
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	264.536	(226.620)	(109.495)
	4.720.041	4.212.536	4.808.691
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco			
Interesses que não controlam	1.016.506	774.371	764.673
	5.736.547	4.986.907	5.573.364
Total de Capitais Próprios			
	75.985.033	76.360.916	78.786.414

Banco Comercial Português

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

30 de setembro de 2015

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014

	Notas	30 setembro 2015	30 setembro 2014
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	1.744.777	2.013.374
Juros e custos equiparados	3	(788.121)	(1.222.420)
Margem financeira		956.656	790.954
Rendimentos de instrumentos de capital	4	5.866	5.823
Resultados de serviços e comissões	5	520.322	506.211
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	147.342	117.725
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	406.720	239.432
Outros proveitos / (custos) de exploração	8	(44.882)	(54.940)
		1.992.024	1.605.205
Outros resultados de atividades não bancárias		12.954	14.086
Total de proveitos operacionais		2.004.978	1.619.291
Custos com o pessoal	9	461.065	478.035
Outros gastos administrativos	10	315.341	331.201
Amortizações do período	11	48.956	48.327
Total de custos operacionais		825.362	857.563
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		1.179.616	761.728
Imparidade do crédito	12	(628.008)	(874.538)
Imparidade de outros ativos financeiros	13	(37.307)	(52.541)
Imparidade de outros ativos	27 e 32	(63.783)	(22.423)
Imparidade do <i>goodwill</i>		-	(144)
Outras provisões	14	(16.281)	(67.851)
Resultado operacional		434.237	(255.769)
Resultados por equivalência patrimonial	15	25.084	28.221
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	16	(23.705)	62.426
Resultado antes de impostos		435.616	(165.122)
Impostos			
Correntes	31	(62.857)	(88.154)
Diferidos	31	(18.031)	259.750
Resultado após impostos de operações em continuação		354.728	6.474
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	17	14.762	(34.070)
Resultado após impostos		369.490	(27.596)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Acionistas do Banco		264.536	(109.495)
Interesses que não controlam	44	104.954	81.899
Resultado do período		369.490	(27.596)
Resultado por ação (em Euros)	18		
Básico		0,007	(0,004)
Diluído		0,007	(0,004)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	Notas	30 setembro 2015	31 dezembro 2014
(Milhares de Euros)			
Ativo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	19	1.514.453	1.707.447
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	984.037	795.774
Aplicações em instituições de crédito	21	976.054	1.456.026
Créditos a clientes	22	52.478.248	53.685.648
Ativos financeiros detidos para negociação	23	1.481.053	1.674.240
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	11.556.620	8.263.225
Ativos com acordo de recompra		10.545	36.423
Derivados de cobertura	24	85.114	75.325
Ativos financeiros detidos até à maturidade	25	432.941	2.311.181
Investimentos em associadas	26	313.914	323.466
Ativos não correntes detidos para venda	27	1.674.469	1.622.016
Propriedades de investimento	28	147.639	176.519
Outros ativos tangíveis	29	673.474	755.451
<i>Goodwill</i> e ativos intangíveis	30	206.271	252.789
Ativos por impostos correntes		39.931	41.895
Ativos por impostos diferidos	31	2.505.379	2.398.562
Outros ativos	32	904.891	784.929
Total do Ativo		75.985.033	76.360.916
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	33	10.288.944	10.966.155
Depósitos de clientes	34	50.643.751	49.816.736
Títulos de dívida emitidos	35	4.909.742	5.709.569
Passivos financeiros detidos para negociação	36	828.378	952.969
Derivados de cobertura	24	548.975	352.543
Provisões	37	300.768	460.293
Passivos subordinados	38	1.683.817	2.025.672
Passivos por impostos correntes		7.268	31.794
Passivos por impostos diferidos	31	16.736	6.686
Outros passivos	39	1.020.107	1.051.592
Total do Passivo		70.248.486	71.374.009
Capitais Próprios			
Capital	40	4.094.235	3.706.690
Prémio de emissão		16.471	-
Ações preferenciais	40	59.910	171.175
Outros instrumentos de capital	40	2.922	9.853
Títulos próprios	43	(1.089)	(13.547)
Reservas de justo valor	42	9.003	106.898
Reservas e resultados acumulados	42	274.053	458.087
Resultado líquido do período			
atribuível aos acionistas do Banco		264.536	(226.620)
Total de Capitais Próprios atribuíveis			
aos acionistas do Banco		4.720.041	4.212.536
Interesses que não controlam	44	1.016.506	774.371
Total de Capitais Próprios		5.736.547	4.986.907
		75.985.033	76.360.916

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de 3 meses compreendido entre 1 de julho e 30 de setembro de 2015 e de 2014

	3º Trimestre 2015	3º Trimestre 2014
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	574.394	663.701
Juros e custos equiparados	<u>(245.735)</u>	<u>(368.706)</u>
Margem financeira	328.659	294.995
Rendimentos de instrumentos de capital	145	97
Resultados de serviços e comissões	169.659	165.028
Resultados em operações de negociação e de cobertura	46.378	63.082
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	(574)	118.914
Outros proveitos/custos de exploração	<u>(6.481)</u>	<u>(4.869)</u>
	537.786	637.247
Outros resultados de atividades não bancárias	<u>4.379</u>	<u>4.866</u>
Total de proveitos operacionais	<u>542.165</u>	<u>642.113</u>
Custos com o pessoal	152.139	154.644
Outros gastos administrativos	102.322	109.706
Amortizações do período	<u>15.692</u>	<u>16.511</u>
Total de custos operacionais	<u>270.153</u>	<u>280.861</u>
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	272.012	361.252
Imparidade do crédito	(153.029)	(502.908)
Imparidade de outros ativos financeiros	(10.330)	(13.412)
Imparidade de outros ativos	(9.541)	7.873
Imparidade do <i>goodwill</i>	-	(144)
Outras provisões	<u>(5.670)</u>	<u>(23.322)</u>
Resultado operacional	93.442	(170.661)
Resultados por equivalência patrimonial	4.468	5.227
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	<u>(11.576)</u>	<u>(1.712)</u>
Resultado antes de impostos	86.334	(167.146)
Impostos		
Correntes	(18.054)	(25.822)
Diferidos	<u>(8.386)</u>	<u>197.964</u>
Resultado após impostos de operações em continuação	59.894	4.996
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	<u>-</u>	<u>(465)</u>
Resultado após impostos	<u>59.894</u>	<u>4.531</u>
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	23.792	(24.772)
Interesses que não controlam	<u>36.102</u>	<u>29.303</u>
Resultado do período	<u>59.894</u>	<u>4.531</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014

	30 setembro 2015	30 setembro 2014
	(Milhares de Euros)	
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Juros recebidos	1.644.248	1.795.539
Comissões recebidas	631.869	648.115
Recebimentos por prestação de serviços	64.596	62.329
Pagamento de juros	(813.287)	(1.191.463)
Pagamento de comissões	(153.013)	(194.550)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	23.091	10.835
Prémios de seguros recebidos	22.511	19.997
Pagamento de indemnizações da atividade seguradora	(7.809)	(8.015)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.060.342)	(1.084.947)
	<u>351.864</u>	<u>57.840</u>
<i>Diminuição / (aumento) de ativos operacionais:</i>		
Fundos recebidos de / (adiantados a) instituições de crédito	425.482	29.822
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	183.705	1.293.261
Fundos recebidos de clientes	397.035	2.486.646
Títulos negociáveis a curto prazo	112.957	(188.274)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	(121.212)	80.551
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(502.347)	(2.872.140)
Débitos para com clientes – à vista	1.824.752	813.341
Débitos para com clientes – a prazo	(950.357)	(542.915)
	<u>1.721.879</u>	<u>1.158.132</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(71.791)	(71.339)
	<u>1.650.088</u>	<u>1.086.793</u>
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	320.510	125.963
Dividendos recebidos	40.244	9.204
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade	256.353	339.797
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	9.974.439	10.321.687
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(45.423.129)	(64.320.010)
Vencimento de ativos financeiros disponíveis para venda	33.986.846	54.176.353
Compra de ativos tangíveis e intangíveis	(47.780)	(92.590)
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	18.672	23.747
Diminuição / (aumento) em outras contas do ativo	94.298	(247.101)
	<u>(779.547)</u>	<u>337.050</u>
<i>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</i>		
Emissão de dívida subordinada	358	390
Reembolso de dívida subordinada	(2.400)	(2.250.109)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	242.148	3.220.510
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(1.139.280)	(5.078.066)
Emissão de papel comercial e de outros títulos	76.697	111.011
Reembolso de papel comercial e de outros títulos	(6.839)	(18.419)
Aumento de capital	-	2.241.690
Dividendos pagos a interesses que não controlam	(10.157)	(31.055)
Aumento / (diminuição) em outras contas de passivo e interesses que não controlam	221.306	(102.198)
	<u>(618.167)</u>	<u>(1.906.246)</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	<u>(127.445)</u>	<u>40.282</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	124.929	(442.121)
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>1.398.584</u>	<u>1.733.730</u>
Caixa (nota 19)	539.476	568.859
Outros investimentos de curto prazo (nota 20)	984.037	722.750
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u><u>1.523.513</u></u>	<u><u>1.291.609</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados
para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Outro rendimento integral do período							Capital próprio atribuível				
	Capital	Ações preferenciais	Outros instrumentos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas de justo valor e cobertura	Outros	Reservas livres e resultados acumulados	Títulos próprios	aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total dos capitais próprios
Saldos em 1 de janeiro de 2014	3.500.000	171.175	9.853	-	223.270	22.311	(1.950.790)	630.133	(22.745)	2.583.207	692.601	3.275.808
Outro rendimento integral												
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	23.919	-	-	23.919	16.363	40.282
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	136.944	-	-	-	136.944	4.809	141.753
Perdas atuariais no período												
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	(733)	-	-	(733)	-	(733)
Impostos	-	-	-	-	-	-	(10.985)	-	-	(10.985)	-	(10.985)
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	-	-	(109.495)	-	(109.495)	81.899	(27.596)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-	-	136.944	12.201	(109.495)	-	39.650	103.071	142.721
Redução do capital social (nota 40)	(2.035.000)	-	-	-	-	-	-	2.035.000	-	-	-	-
Aumento do capital social (nota 40)	2.241.690	-	-	-	-	-	-	-	-	2.241.690	-	2.241.690
Despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(57.201)	-	(57.201)	-	(57.201)
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	13.156	-	13.156	-	13.156
Dividendos do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.055)	(31.055)
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.580)	(10.580)	-	(10.580)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	-	(1.231)	-	(1.231)	56	(1.175)
Saldos em 30 de setembro de 2014	3.706.690	171.175	9.853	-	223.270	159.255	(1.938.589)	2.510.362	(33.325)	4.808.691	764.673	5.573.364
Outro rendimento integral												
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	(13.000)	-	-	(13.000)	(16.678)	(29.678)
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	(52.357)	-	-	-	(52.357)	(5.216)	(57.573)
Perdas atuariais no período:												
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	(477.126)	-	-	(477.126)	(500)	(477.626)
Impostos	-	-	-	-	-	-	45.228	-	-	45.228	41	45.269
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	-	-	(117.125)	-	(117.125)	28.161	(88.964)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-	-	(52.357)	(444.898)	(117.125)	-	(614.380)	5.808	(608.572)
Despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)	-	(517)
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(1.035)	-	(1.035)	-	(1.035)
Aquisição de 54,01% das UP's do Fundo Investimento DP Invest	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.932	3.932
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	-	19.778	19.778	-	19.778
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	(42)	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.706.690	171.175	9.853	-	223.270	106.898	(2.383.487)	2.391.684	(13.547)	4.212.536	774.371	4.986.907
Outro rendimento integral												
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	(64.367)	-	-	(64.367)	(63.078)	(127.445)
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	(97.895)	-	-	-	(97.895)	(17.313)	(115.208)
Perdas atuariais no período:												
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	(37.405)	-	-	(37.405)	-	(37.405)
Impostos	-	-	-	-	-	-	70.031	-	-	70.031	-	70.031
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	-	-	264.536	-	264.536	104.954	369.490
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-	-	(97.895)	(31.741)	264.536	-	134.900	24.563	159.463
Aumento do capital social (nota 40)	387.545	-	-	16.471	-	-	-	-	-	404.016	-	404.016
Despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(320)	-	(320)	-	(320)
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	67	-	67	-	67
Troca de títulos - ações preferenciais e valores mobiliários perpétuos	-	(111.265)	(6.931)	-	-	-	-	-	-	(118.196)	-	(118.196)
Dividendos do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.157)	(10.157)
Alienação de 15,41% do Bank Millennium S.A. (nota 46)	-	-	-	-	-	-	-	31.079	-	31.079	227.910	258.989
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	43.697	12.458	56.155	-	56.155
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	3.486	(3.682)	-	(196)	(181)	(377)
Saldos em 30 de setembro de 2015	4.094.235	59.910	2.922	16.471	223.270	9.003	(2.411.742)	2.727.061	(1.089)	4.720.041	1.016.506	5.736.547

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração do Rendimento Integral Consolidada para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014

30 setembro 2015					
(Milhares de Euros)					
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Atribuíveis a	
				Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Reserva de justo valor	(157.767)	-	(157.767)	(136.387)	(21.380)
Impostos	42.559	-	42.559	38.492	4.067
	(115.208)	-	(115.208)	(97.895)	(17.313)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(127.445)	-	(127.445)	(64.367)	(63.078)
	(242.653)	-	(242.653)	(162.262)	(80.391)
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Perdas atuariais do período					
Valor bruto					
Fundo Pensões BCP	(37.865)	(71)	(37.936)	(37.936)	-
Perdas atuariais de associadas	531	-	531	531	-
	(37.334)	(71)	(37.405)	(37.405)	-
Impostos	70.031	-	70.031	70.031	-
	32.697	(71)	32.626	32.626	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(209.956)	(71)	(210.027)	(129.636)	(80.391)
Resultado líquido do período	354.728	14.762	369.490	264.536	104.954
Total do rendimento integral do período	144.772	14.691	159.463	134.900	24.563
30 setembro 2014					
(Milhares de Euros)					
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Atribuíveis a	
				Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Reserva de justo valor	173.614	648	174.262	168.851	5.411
Impostos	(32.406)	(103)	(32.509)	(31.907)	(602)
	141.208	545	141.753	136.944	4.809
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	39.287	995	40.282	23.919	16.363
	180.495	1.540	182.035	160.863	21.172
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Perdas atuariais do período					
Valor bruto					
Fundo Pensões BCP	(1.792)	(180)	(1.972)	(1.972)	-
Perdas atuariais de associadas	1.239	-	1.239	1.239	-
	(553)	(180)	(733)	(733)	-
Impostos	(11.025)	40	(10.985)	(10.985)	-
	(11.578)	(140)	(11.718)	(11.718)	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	168.917	1.400	170.317	149.145	21.172
Resultado líquido do período	6.474	(34.070)	(27.596)	(109.495)	81.899
Total do rendimento integral do período	175.391	(32.670)	142.721	39.650	103.071

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

para o período de 3 meses compreendido entre 1 de julho e 30 de setembro de 2015 e de 2014

3º Trimestre 2015					
(Milhares de Euros)					
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Atribuíveis a	
				Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>					
Reserva de justo valor	147.934	-	147.934	153.650	(5.716)
Impostos	(42.691)	-	(42.691)	(43.766)	1.075
	105.243	-	105.243	109.884	(4.641)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(87.244)	-	(87.244)	(46.650)	(40.594)
	17.999	-	17.999	63.234	(45.235)
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>					
Perdas atuariais do período					
Impostos	7.438	-	7.438	7.438	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	25.437	-	25.437	70.672	(45.235)
Resultado consolidado do período	59.894	-	59.894	23.792	36.102
Total do rendimento integral do período	85.331	-	85.331	94.464	(9.133)
3º Trimestre 2014					
(Milhares de Euros)					
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Atribuíveis a	
				Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>					
Reserva de justo valor	(32.230)	(151)	(32.381)	(36.808)	4.427
Impostos	7.955	24	7.979	8.542	(563)
	(24.275)	(127)	(24.402)	(28.266)	3.864
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	53.427	(450)	52.977	32.073	20.904
	29.152	(577)	28.575	3.807	24.768
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>					
Perdas atuariais do período					
Valor bruto					
Perdas atuariais de associadas	(186)	-	(186)	(186)	-
Impostos	(4.092)	(1)	(4.093)	(4.093)	-
	(4.278)	(1)	(4.279)	(4.279)	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	24.874	(578)	24.296	(472)	24.768
Resultado consolidado do período	4.996	(465)	4.531	(24.772)	29.303
Total do rendimento integral do período	29.870	(1.043)	28.827	(25.244)	54.071

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o "Banco") é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua atividade em 5 de maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto "Grupo") e a participação do Grupo nas associadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e de 2014.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 2 de novembro de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os nove meses findos em 30 de setembro de 2015 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração de resultados do terceiro trimestre de 2015 com os comparativos do terceiro trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

O Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, tendo sido introduzida a alteração decorrente nomeadamente da adoção da norma: IFRIC 21 - Taxas.

IFRIC 21 - Taxas

O IASB emitiu, em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (*Levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

De acordo com o IAS 8, esta alteração de política é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota ae).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 ad).

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Banco e das suas subsidiárias (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

Numa operação de aquisição por fases/etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação - Goodwill

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade. Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efetiva, a diferença apurada é registada em resultados do período.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do período, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respetiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Transações eliminadas em consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise coletiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes fatores:

- a exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas coletivamente.

(ii) Análise coletiva

As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva podem ser calculadas através de duas perspetivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

As perdas por imparidade em termos coletivos são determinadas considerando os seguintes aspetos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das atuais envolvidas económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objetiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objetivo de determinar as perdas por imparidade em termos coletivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Grupo adotou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica Resultados em operações de negociação e de cobertura.

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações;
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os ativos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e ficará, durante dois anos, impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações de negociação e de cobertura", no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço, é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado, acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura, podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

i) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para ações ordinárias (número de ações) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor atual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

j) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

k) Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

l) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura, Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

r) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objetivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve refletir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

s) Ativos intangíveis

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como gasto no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

u) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

Até 2011, a par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo tinha assumido a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo admitidos até 21 de setembro de 2006 (Plano Complementar). O Grupo no final do exercício de 2012 determinou a extinção ("corte") do benefício de velhice do Plano Complementar. Em 14 de dezembro de 2012, o ISP aprovou formalmente esta alteração ao plano de benefícios do Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2012. O corte do plano foi efetuado, tendo sido atribuído aos colaboradores direitos adquiridos individualizados. Nessa data, o Grupo procedeu igualmente à liquidação da respetiva responsabilidade.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei nº 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Planos de contribuição definida

Para os Planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um gasto do período quando devidas.

Em 30 de setembro de 2015, o Grupo tem 2 planos de contribuição definida. Um plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009. Para este plano, designado não contributivo, serão efetuadas contribuições do Grupo anuais e iguais a 1% da remuneração anual paga aos colaboradores no ano anterior. As contribuições apenas serão efetuadas caso sejam cumpridos os seguintes requisitos: (i) o ROE do Banco seja igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português.

Um outro plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009. Para este plano, designado contributivo, serão efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Grupo e quer pelos próprios colaboradores.

Planos de remuneração com ações

À data de 30 de setembro de 2015 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete à Comissão Executiva fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

x) Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta. O Grupo controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Portugal

- Banca de Retalho (que inclui o ActivoBank);
- Banca de Empresas (que inclui os segmentos Empresas e *Corporate* e Banca de Investimento);
- *Asset management* e *Private Banking*;
- Portfolio de Negócios Não *Core*

Atividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Angola;
- Moçambique;

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao Plano de Reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, a Millennium bcp Gestão de Activos foi enquadrada como operação em descontinuação no decurso de 2013. Assim, a partir desta data, o impacto em resultados das suas operações passou a ser apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada “resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação” não tendo havido alteração ao nível do balanço face ao critério considerado nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014. No entanto, na sequência da alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

Adicionalmente, na sequência do processo de venda da totalidade da participação detida no capital social na Banca Millennium na Roménia em 2014, esta subsidiária foi enquadrada como operação descontinuada, sendo o impacto em resultados das suas operações mantido numa linha separada da demonstração de resultados denominada “resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação”, com referência a setembro de 2014. Ao nível do balanço consolidado, os ativos e passivos do Millennium bank na Roménia continuam relevados nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de setembro de 2014.

Outros

O agregado Outros inclui a atividade não alocada aos segmentos anteriormente referidos, nomeadamente a desenvolvida pelas subsidiárias na Suíça e Ilhas Caimão.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

aa) Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

ab) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pro-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

Provisão para prêmios não adquiridos de seguro direto e resseguro cedido

A provisão para prêmios não adquiridos é baseada na avaliação dos prêmios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método *pro rata temporis*, por cada recibo em vigor.

Teste de adequação das responsabilidades

A cada data de reporte, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

ac) Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Banco Comercial Português e o Banco ActivoBank são entidades autorizadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros os Bancos efetuam a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, os Bancos recebem comissões pela mediação de contratos de seguros e de contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros Ativos.

ad) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

ae) Impacto da alteração da política contabilística associada ao reconhecimento de taxas

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras condensadas consolidadas com referência a 30 de setembro de 2015, o Grupo aplicou a IFRIC 21 – Taxas, a qual esclarece o momento em que se deve reconhecer o passivo pelo pagamento de taxas/impostos devidos a entidades governamentais, definindo a data em que ocorre o evento que gera a obrigação como o momento em que se deve reconhecer a responsabilidade de pagamento de uma taxa/imposto.

A alteração resultante da aplicação da IFRIC 21, em 2015, do momento de reconhecimento de um passivo pelo pagamento de algumas taxas, em particular as contribuições sobre o setor bancário, para o fundo de garantia de depósitos e para o fundo de resolução, determinou o registo nos primeiros nove meses das mesmas, já que o evento gerador da obrigação ocorreu neste período, conforme nota 8. A adoção da interpretação implicou a necessidade de reexpressar, para efeitos comparativos, os valores referentes aos primeiros nove meses de 2014, de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento destas taxas em ambos os períodos.

O impacto desta reexpressão nas demonstrações financeiras dos primeiros nove meses de 2014 traduziu-se na relevação na rubrica Outros proveito/(custos) de exploração de um custo no montante de Euros 12.058.000 (ver nota 8), e na rubrica Impostos sobre lucros um rédito de Euros 820.000 (ver nota 31).

A adoção desta Interpretação não altera os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, afetando apenas os montantes relevados nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares, pelo que, consequentemente, o Balanço Consolidado de 31 de dezembro de 2014 não foi reexpresso.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de setembro de 2015

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos em cada uma destas rubricas, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	set 2015 Euros '000	set 2014 Euros '000
Margem financeira	956.656	790.954
Resultados em operações de negociação e de cobertura	147.342	117.725
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	406.720	239.432
	<u>1.510.718</u>	<u>1.148.111</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	set 2015 Euros '000	set 2014 Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	1.396.526	1.543.586
Juros de títulos de negociação	17.923	12.970
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	185.868	227.839
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	27.589	89.134
Juros de derivados de cobertura	79.567	87.071
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	12.136	19.802
Juros de depósitos e outras aplicações	25.168	32.972
	<u>1.744.777</u>	<u>2.013.374</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	520.863	703.058
Juros de títulos emitidos	151.679	284.309
Juros de passivos subordinados		
Instrumentos híbridos qualificáveis como <i>core tier 1</i>		
(CoCos) subscritos pelo Estado Português	48.732	162.751
Outros	46.257	50.222
Juros de derivados de cobertura	7.640	11.614
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	12.950	10.466
	<u>788.121</u>	<u>1.222.420</u>
	<u>956.656</u>	<u>790.954</u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 41.056.000 (30 de setembro de 2014: Euros 42.973.000) relativo a comissões e outros proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

As rubricas de Juros de títulos emitidos e de Juros de passivos subordinados incluem o montante de Euros 69.108.000 (30 de setembro de 2014: Euros 121.870.000) referentes a comissões e outros custos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).